

LOCAL E DATA	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 11 de dezembro de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 2045/2019, em de de 2019.	
Nome: CPF/RG:	
Assinatura:	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 2045/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – Pº Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 2064/2019
--	---

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)	
Nome: ONEIDA FERNANDES DOS SANTOS	CPF/CNPJ: 654.666.406-20
Endereço: RUA JOAQUIM FLORES DA SILVA, 21	Bairro: AEROPORTO II
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000

DADOS DO IMÓVEL		
Inscrição/Estabelecimento: 15709	Quadra: 1027	Lote: 01-A
Endereço: RUA JOAQUIM FLORES DA SILVA, 21	Bairro: AEROPORTO II	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

HISTÓRICO	
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.	
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.	

LOCAL E DATA	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 12 de dezembro de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 2064/2019, em de de 2019.	
Nome: CPF/RG:	
Assinatura:	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 2064/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – Pº Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 2081/2019
--	---

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)	
Nome: OSVALDO DONIZETE DA ROCHA	CPF/CNPJ: 480.999.706-59
Endereço: RUA QUIRINO JOSE QUADROS, 1320	Bairro: BELO HORIZONTE
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000

DADOS DO IMÓVEL		
Inscrição/Estabelecimento: 13810	Quadra: 1010	Lote: 2
Endereço: RUA QUIRINO JOSE QUADROS/RUA RIO GRANDE DO NORTE, 1320	Bairro: BELO HORIZONTE	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

HISTÓRICO	
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.	
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.	

LOCAL E DATA	
Monte Carmelo – Minas Gerais, 17 de dezembro de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura:	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 2081/2019, em de de 2019.	
Nome: CPF/RG:	
Assinatura:	

ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 2081/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal	

 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Departamento de Vigilância Sanitária de Monte Carmelo.	

Cadastro

Cadastro de estabelecimento farmacêutico para comercialização/dispensação de medicamentos retinóicos de uso sistêmico (lista C2) em cumprimento à Portaria SVS/MS Nº344 de 12/05/98 e à Portaria Nº6 de 01/02/99.

Empresa: Leite & Mundim Ltda.
Endereço: Praça Afonso Pena nº 59, Centro
Cadastro: Nº 01/2020

Monte Carmelo 05 de Fevereiro de 2020.

Ângela Mara da Silva Nunes
Autoridade Sanitária
VISA/SMS/Monte Carmelo.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS	
--	---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP - Nº 08/2020. O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 17 de fevereiro de 2020, às 09:00 horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 08/2020, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Água Mineral, para Atender às Necessidades de Diversos Setores e Secretarias da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, para Participação Exclusiva de ME, EPP e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 30 de janeiro de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município

Dia 05 de Fevereiro de 2020
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XIV

Nº 1819



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

CONTRATO DE RATEIO Nº 007/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – CISTM E O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA AS AÇÕES DO CISTM EM 2020.

Pelo presente instrumento, de um lado o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – CISTM, associação pública de direito público, de natureza autárquica, com sede na Av. Antonio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Bairro Setor Industrial, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 18.151.467/0001-06, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente **Dário Borges de Rezende**, Prefeito Municipal de Cascalho Rico - MG, inscrito no CPF (MF) sob nº 766.293.256-72, doravante denominado simplesmente CISTM e de outro lado o Município de **Monte Carmelo**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 18.593.103/0001-78, com sede na Praça Getúlio Vargas, 272, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito **Saulo Faleiros Cardoso**, inscrito no CPF(MF) sob nº 460.969.146-91, doravante referido simplesmente como MUNICÍPIO, celebram o presente instrumento, para as finalidades e nas condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA FUNDAMENTO LEGAL


1. O presente instrumento de contrato de rateio fundamenta-se em: art. 8º, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005; artigo 2º, inciso VII e art. 13 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007; no Estatuto e no Contrato do CISTM.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

2. O objeto do presente instrumento é regulamentar a contribuição financeira do MUNICÍPIO ao CISTM para sua manutenção, operacionalização e funcionamento, aderindo assim às formalidades já constituídas e aprovadas pelos municípios fundadores do CISTM e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES

3. Constituem responsabilidades do MUNICÍPIO:


Araguari – Araporã – Cachoeira Dourada – Campina Verde – Canidópolis – Capimópolis – Cascahal Rico – Centralina – Douradopolis – Estrela do Sul – Grupera – Guanhães – Indaiatuba – Itapaci – Itatubas – Monte Alegre de Minas – Monte Carmelo – Prata – Romaria – Santa Vitória – Tupaciguara – Uberlândia

CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

3.1 Repassar os recursos nos valores consignados na Cláusula Quarta deste ajuste, em parcelas mensais e consecutivas, por meio de transferência bancária em conta corrente do CISTM a ser informada ao MUNICÍPIO.

3.2 Apresentar as demandas e ações que serão trabalhadas por meio do presente termo.

3.3 Acompanhar e fiscalizar a execução das ações pactuadas por meio do presente termo.

3.4 Constituem responsabilidades do CISTM:

3.4.1 Aplicar os recursos financeiros objeto deste contrato exclusivamente para as atividades da instituição, de acordo com a execução orçamentária aprovada pela Assembleia Geral do CISTM.

3.4.2 Contabilizar os recursos repassados por meio deste Contrato de Rateio, de acordo com as normas do direito financeiro aplicáveis às instituições públicas.

3.4.3 Para dar atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CISTM deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

3.4.4 A gestão dos recursos financeiros estabelecidos neste contrato, bem como as respectivas prestações de Contas, que inclui a elaboração e apresentação dos Balanços Contábeis e Financeiros é de responsabilidade da Secretaria Executiva, acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Fiscal, conforme estabelecido no Estatuto do CISTM.

3.4.5 Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CISTM, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato e em conformidade com o Estatuto Social do CISTM.


CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DE RATEIO E DA FORMA DO REPASSE

4.1 O valor total estimado para o presente Contrato de Rateio no ano de 2020 é de R\$860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) que serão repassados até 30/12/2020.

4.2 A contribuição total devida pelo ente consorciado ao CISTM deverá ser paga mensalmente até o dia 10 (dez) de cada mês por meio de transferência bancária.

4.3 As quotas mensais de que trata essa cláusula serão repassadas em 12 parcelas, no período de janeiro a dezembro, conforme Anexo Único – Ação de Desembolso.

CLÁUSULA QUINTA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS


Araguari – Araporã – Cachoeira Dourada – Campina Verde – Canidópolis – Capimópolis – Cascahal Rico – Centralina – Douradopolis – Estrela do Sul – Grupera – Guanhães – Indaiatuba – Itapaci – Itatubas – Monte Alegre de Minas – Monte Carmelo – Prata – Romaria – Santa Vitória – Tupaciguara – Uberlândia

CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

5. A prestação de contas deverá ser apresentada pelo CISTM mensalmente e anualmente, conforme legislação vigente e de acordo com as normas da Secretaria do Tesouro Nacional.

CLÁUSULA SEXTA DA RESTITUIÇÃO E DA REPACTUAÇÃO DE VALORES PREVISTOS NESTE CONTRATO

6.1. É obrigatória a restituição de eventual saldo de recursos ao ente consorciado, conforme o caso, na data de sua conclusão, rescisão ou extinção, e ainda do valor transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

6.1.1 quando não for executado o objeto deste instrumento;
6.1.2 quando não for apresentada a prestação de contas no prazo exigido;
6.1.3 quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Contrato.

6.2 O saldo existente na conta bancária e no sistema de acompanhamento de gestão do CISTM em 31 de dezembro de 2020, oriundos deste contrato de rateio serão repactuados para serem reutilizados pelo Município no próximo exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA DA ALTERAÇÃO DESTE CONTRATO

7. O presente Contrato poderá ser modificado mediante assentimento das partes, por meio de Termos Aditivos.

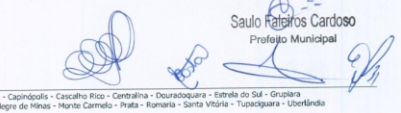
CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência deste Contrato de Rateio será o do exercício financeiro das dotações orçamentárias que o suportam, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº 11.107/05 e no art. 13 e 16 do Decreto 6.017/07.

8.2 O prazo de vigência do presente contrato de rateio será contado a partir de 01 de Janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

8.3. O presente contrato de rateio poderá ser prorrogado mediante termo aditivo a este contrato, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA DAS VEDAÇÕES


Araguari – Araporã – Cachoeira Dourada – Campina Verde – Canidópolis – Capimópolis – Cascahal Rico – Centralina – Douradopolis – Estrela do Sul – Grupera – Guanhães – Indaiatuba – Itapaci – Itatubas – Monte Alegre de Minas – Monte Carmelo – Prata – Romaria – Santa Vitória – Tupaciguara – Uberlândia

CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

9. Fica vedada a aplicação dos recursos financeiros repassados por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito, conforme disciplina o art. 15 do Decreto Federal nº 6.017/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS RESTRIÇÕES

10.1 Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita deverá informá-la ao CISTM, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste Contrato de Rateio.

10.2 Na eventual impossibilidade de o MUNICÍPIO cumprir sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste contrato obrigará o CISTM a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. Para atender as despesas oriundas do presente contrato de rateio, o ente consorciado repassará recursos financeiros ao CISTM por meio das seguintes dotações orçamentárias:

- 2.113.3.1.71.70.00.00 – R\$124.147,26
- 2.113.3.3.71.70.00.00 – R\$721.197,61
- 2.113.4.4.71.70.00.00 – R\$14.655,13

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL E BENS

12.1 Poderá ocorrer transferência de pessoal e de bens entre contratante e contratado, observado o Contrato e o Estatuto do CISTM.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 O presente contrato de rateio poderá ser rescindido por:

- I – descumprimento de cláusula ou de qualquer das metas para consecução do objeto do presente contrato;
- II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formalmente, materialmente, inequívoco;

Araguari - Araporã - Cachoeira Dourada - Campina Verde - Canópis - Capinópolis - Cascahal Rico - Centralina - Douradopolis - Estrela do Sul - Guapirã - Guanhães - Indaiatuba - Itaipu - Itatuba - Monte Alegre de Minas - Monte Carmelo - Prata - Romaria - Santa Vitória - Tupaciguara - Uberlândia

CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

III – ato unilateral, com comprovada motivação administrativa, jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

13.2 A rescisão do presente contrato obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores e na Lei Federal nº 11.107/2005 e seu decreto regulamentador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

14.1 O descumprimento das cláusulas contratuais do presente Contrato de Rateio e dos demais instrumentos contratuais dele derivado, autorizará o CISTM, sendo garantida a defesa prévia e o contraditório, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos art. 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

14.2 Da aplicação das penalidades, o ente consorciado terá o prazo de 30 (trinta) dias para interpor recurso, prorrogáveis por igual período.

14.3 A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de qualquer uma das partes deste termo de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar a cada uma delas, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pelos órgãos competentes sobre a execução do presente contrato, este reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa do Sistema Único de Saúde – SUS, decorrente da Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo ou de notificação dirigida ao CISTM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA PUBLICAÇÃO

16. Fica a cargo e responsabilidade do CISTM promover a publicação deste contrato e quaisquer atos dele decorrentes, observado o Estatuto do CISTM.

Araguari - Araporã - Cachoeira Dourada - Campina Verde - Canópis - Capinópolis - Cascahal Rico - Centralina - Douradopolis - Estrela do Sul - Guapirã - Guanhães - Indaiatuba - Itaipu - Itatuba - Monte Alegre de Minas - Monte Carmelo - Prata - Romaria - Santa Vitória - Tupaciguara - Uberlândia

CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

17. As partes elegem o foro da sede do CISTM para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Contrato de Rateio.

Por estarem de acordo, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Uberlândia – MG, 08 de janeiro de 2020.

Dário Borges de Rezende
Dário Borges de Rezende
Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM

Saulo Faleiros Cardoso
Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal

Saulo Faleiros Cardoso
Saulo Faleiros Cardoso
PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

TESTEMUNHAS:

Nome: *Maria M. Pedrosa*
CPF: *323.049.786-49*
Assinatura: *[assinatura]*

Nome: *Maria Célia de Andrade*
CPF: *090.409.266-62*
Assinatura: *[assinatura]*

Alexandre de Souza Lima
OAB/MG nº 148.487

Araguari - Araporã - Cachoeira Dourada - Campina Verde - Canópis - Capinópolis - Cascahal Rico - Centralina - Douradopolis - Estrela do Sul - Guapirã - Guanhães - Indaiatuba - Itaipu - Itatuba - Monte Alegre de Minas - Monte Carmelo - Prata - Romaria - Santa Vitória - Tupaciguara - Uberlândia

CISTM

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.cistm.com.br E-mail: cistm@cistm.com.br

ANEXO ÚNICO AÇÃO DE DESEMBOLSO

MANUTENÇÃO SAÚDE NO CISTM:

BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 2918-1 CONTA CORRENTE: 77500-2

DESPESAS CORRENTES (N.D.: 3.1.71.70.00 / 3.3.71.70.00 / 4.4.71.70.00)

JANEIRO A JUNHO – 06 parcelas de: R\$ 86.000,00

JULHO A NOVEMBRO – 05 parcelas de: R\$ 57.330,00

DEZEMBRO – 01 parcela de: 57.350,00

Valor Total - R\$ 860.000,00

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

A) QUANTO À "MANUTENÇÃO SAÚDE NO CISTM":

As bases de cooperação para a conjugação de recursos materiais e humanos com o objetivo de formular e executar o planejamento microrregional integrado das atividades conjuntas referentes à promoção, proteção e recuperação da saúde da população, segundo as diretrizes do Sistema Único de Saúde, nos termos do Contrato de Rateio, tendo como premissa o desenvolvimento de ações subsidiadas com os recursos, compreendendo:

- Atendimento complementar das demandas do município com relação à média complexidade com a compra de exames, consultas especializadas e cirurgias;

- Aquisição de medicamentos;

- Assessoria em projetos de saúde;

- Promoção de cursos de capacitação e atualização para treinamento e reciclagem dos profissionais de saúde;

- Gestão das atividades do CISTM com o pagamento de despesas com a manutenção, conforme rateio definido em Assembleia do Consórcio; e

- Outras atividades correlatas.

Saulo Faleiros Cardoso
Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal

Minas Gerais, 28 de Janeiro de 2020 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XI | Nº 2462

RS275.511,18 (duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e onze reais e dezcentos centavos).

DÁRIO BORGES DE REZENDE

Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador:6E43B3BF

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

CISTM – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO FIRMADO

ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAHAL RICO - MG E O

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO

TRIÂNGULO MINEIRO – CISTM – ANO 2020

CISTM – Extrato de Contrato de Rateio firmado entre o

Município de Cascahal Rico - MG e o Consórcio Público

Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM – Ano

2020. Contrato de Rateio nº 003/2020 firmado entre o Consórcio

Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM,

inscrito no CNPJ nº 18.151.467/0001-06 e o município de Cascahal

Rico, inscrito no CNPJ sob o nº 18.259.374/0001-91, firmado em

08/01/2020 para repasse em 2020. Base Legal: Lei Federal nº 11.107,

de 06/04/2005. Objeto: regulamentar a contribuição financeira do

Município de Cascahal Rico - MG para sua manutenção, operacionalização e

funcionamento, aderindo assim às formalidades já constituídas e

aprovasdas pelos municípios consorciados ao CISTM e suas

posteriores alterações. Vigência 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor

RS139.480,00 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais).

DÁRIO BORGES DE REZENDE

Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador:8D25D5B2

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

CISTM – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO FIRMADO

ENTRE O MUNICÍPIO DO PRATA-MG E O CONSORCIO

PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO

MINEIRO – CISTM – ANO 2020

CISTM – Extrato de Contrato de Rateio firmado entre o

Município do Prata-MG e o Consórcio Público Intermunicipal de

Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM – Ano 2020. Contrato de

Rateio nº 004/2020 firmado entre o Consórcio Público Intermunicipal

de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM, inscrito no CNPJ nº

18.151.467/0001-06 e o município do Prata, inscrito no CNPJ sob o nº

18.260.505/0001-50, firmado em 08/01/2020 para repasse em 2020.

Base Legal: Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005. Objeto: regulamentar a contribuição financeira do Município do Prata ao CISTM para sua manutenção, operacionalização e funcionamento, aderindo assim às formalidades já constituídas e aprovadas pelos municípios consorciados ao CISTM e suas posteriores alterações. Vigência

Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM, inscrito no CNPJ nº 18.151.467/0001-06 e o município de Campina Verde, inscrito no CNPJ sob o nº 18.457.291/0001-97, firmado em 08/01/2020 para repasse em 2020. Base Legal: Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005. Objeto: regulamentar a contribuição financeira do MUNICÍPIO ao CISTM para sua manutenção, operacionalização e funcionamento, aderindo assim às formalidades já constituídas e aprovadas pelos municípios consorciados ao CISTM e suas posteriores alterações. Vigência 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor R\$310.850,00 (trezentos e dez mil, oitocentos e cinquenta reais).

DÁRIO BORGES DE REZENDE

Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador:99C2A1HF

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

CISTM – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO FIRMADO

ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS - MG E O

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO

TRIÂNGULO MINEIRO – CISTM – ANO 2020

CISTM – Extrato de Contrato de Rateio firmado entre o

Município de Capinópolis - MG e o Consórcio Público

Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM – Ano

2020. Contrato de Rateio nº 006/2020 firmado entre o Consórcio

Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM,

inscrito no CNPJ nº 18.151.467/0001-06 e o município de

Capinópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 18.457.234/0001-26, firmado

em 08/01/2020 para repasse em 2020. Base Legal: Lei Federal

nº 11.107, de 06/04/2005. Objeto: regulamentar a contribuição

financeira do MUNICÍPIO ao CISTM para sua manutenção,

operacionalização e funcionamento, aderindo assim às formalidades já

constituídas e aprovadas pelos municípios consorciados ao CISTM e

suas posteriores alterações. Vigência 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor

R\$8407.761,80 (oito mil e setecentos e sessenta e um reais e

oitenta centavos).

DÁRIO BORGES DE REZENDE

Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador:1BF7F9D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

CISTM – EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO FIRMADO

ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - MG E O

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO

TRIÂNGULO MINEIRO – CISTM – ANO 2020

CISTM – Extrato de Contrato de Rateio firmado entre o

Município de Monte Carmelo - MG e o Consórcio Público

 <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P° Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000</div>	<div>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 2001/2019</div>
---	---

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)		
Nome: NAIR GOMES BORGES VIEIRA	CPF/CNPJ: 796.099.886-87	
Endereço: RUA RIO DOCE, 8	Bairro: VILA DOURADA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

DADOS DO IMÓVEL		
Inscrição/Estabelecimento: 16816	Quadra: 1033/B	Lote: 9
Endereço: RUA RIO DOCE, 8	Bairro: VILA DOURADA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		


Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.

LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 02 de dezembro de 2019.		

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Velloso		
Cargo: Especialista Tributário / 438.968		
Assinatura: <i>[assinatura]</i>		

CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 2001/2019, em de de 2019.		
Nome: CPF/RG:		
Assinatura:		

ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 2001/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matricula: 1041-3 Assinatura: <i>[assinatura]</i>	
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal		

 <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P° Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000</div>	<div>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 2019/2019</div>
---	---

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)		
Nome: NELIO RIBEIRO	CPF/CNPJ: 160.079.216-20	
Endereço: AV. PARANAIBA, 465	Bairro: BOA VISTA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

DADOS DO IMÓVEL		
Inscrição/Estabelecimento: 18156	Quadra: 667	Lote: 07
Endereço: AV. PARANAIBA, 465 / PAV. SUPERIOR	Bairro: BOA VISTA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		

Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.

LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 03 de dezembro de 2019.		

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Velloso		
Cargo: Especialista Tributário / 438.968		
Assinatura: <i>[assinatura]</i>		

CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 2019/2019, em de de 2019.		
Nome: CPF/RG:		
Assinatura:		

ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 2019/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matricula: 1041-3 Assinatura: <i>[assinatura]</i>	
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal		

 <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – P° Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000</div>	<div>NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 2020/2019</div>
--	---

DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)		
Nome: NELIO RIBEIRO	CPF/CNPJ: 160.079.216-20	
Endereço: AV. PARANAIBA, 465	Bairro: BOA VISTA	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000

DADOS DO IMÓVEL		
Inscrição/Estabelecimento: 11926	Quadra: 368	Lote: 9

Endereço: RUA MESTRE ALFREDO, 33	Bairro: TAMBORIL
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG CEP: 38.500-000

HISTÓRICO		
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/IMG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.		

Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.

LOCAL E DATA		
Monte Carmelo – Minas Gerais, 03 de dezembro de 2019.		

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA		
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Velloso		
Cargo: Especialista Tributário / 438.968		
Assinatura: <i>[assinatura]</i>		

CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL		
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 2020/2019, em de de 2019.		
Nome: CPF/RG:		
Assinatura:		

ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL		
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 2020/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matricula: 1041-3 Assinatura: <i>[assinatura]</i>	
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – F		

Públicos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 207 da Lei Complementar 08/2005, segundo o qual “o servidor que tiver ciência da irregularidade no serviço público é obrigado a dar conhecimento à autoridade e esta a tomar providências, objetivando a apuração dos fatos e irregularidades, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado, ampla defesa”;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos envolvendo o servidor público M.G.R., por meio da Portaria nº 10.018, de 14 de janeiro de 2020, devidamente publicada no Diário Oficial do Município nº 1811, de 23 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 219, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, o processo disciplinar será iniciado no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos autos pela Comissão;

CONSIDERANDO que nos moldes do Ofício 36/2020, a Presidente da Comissão Processante, Dra. Renata Alves Cardoso Fagundes, encontrava-se em gozo de suas férias regulares pelo período de 30 (trinta) dias quando ocorreu a publicação do ato normativo que instaurou o Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO que a Presidente da Comissão Processante, Dra. Renata Alves Cardoso Fagundes, solicitou, por meio do Ofício 36/2020, a reinstauração do Processo Administrativo Disciplinar pelos fatos explanados acima.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar a veracidade dos fatos e possíveis infrações à Lei Complementar nº 08/2005 (Estatuto dos Servidores) que envolvem o servidor M.G.R., matrícula nº 38946, ocupante do cargo de VISITADOR SANITÁRIO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Designo os servidores Renata Alves Cardoso Fagundes, OAB/MG 113.500, matrícula 439087, João Batista Nunes, matrícula 27.111, e Maria Terezinha Rodrigues Cunha, matrícula 26.689, a fim de que, mediante a presidência da primeira, constituam Comissão Processante incumbida de apurar em 60 (sessenta) dias as supostas irregularidades.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 10.018, de 14 de janeiro de 2020.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 05 de fevereiro de 2020.

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



		PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000		NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 1954/2019	
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)					
Nome: MIGUEL FERNANDES NOGUEIRA - ESPOLIO		CPF/CNPJ: 007.746.696-91			
Endereço: RUA CEL. JOSE CARDOSO, 370		Bairro: BOA VISTA			
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000			
DADOS DO IMÓVEL					
Inscrição/Estabelecimento: 10875	Quadra: 319	Lote: 20			
Endereço: PRAÇA CELSO BUENO, 26		Bairro: CENTRO			
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG	CEP: 38.500-000			
HISTÓRICO					
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.					
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.					
LOCAL E DATA Monte Carmelo – Minas Gerais, 25 de novembro de 2019.					
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA					
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso					

Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura: 	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 1954/2019, em de de 2019.	
Nome:	CPF/RG:
Assinatura:	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 1954/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.	
	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 1960/2019	
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)	
Nome: MILTON JOSE DA SILVA	
CPF/CNPJ: 365.404.636-34	
Endereço: RUA PADRE CESAR, 81	
Bairro: CENTRO	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG
CEP: 38.500-000	
DADOS DO IMÓVEL	
Inscrição/Estabelecimento: 2144	Quadra: H
Lote: 2	
Endereço: RUA INDEPENDENCIA, 965	
Bairro: CIDADE JARDIM	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG
CEP: 38.500-000	
HISTÓRICO	
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.	
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.	
LOCAL E DATA Monte Carmelo – Minas Gerais, 26 de novembro de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura: 	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 1960/2019, em de de 2019.	
Nome:	CPF/RG:
Assinatura:	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 1960/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.	
	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO Secretaria Municipal de Fazenda Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU Av.: Olegário Maciel, nº 129 – F Andar – Bairro: Centro – CEP: 38.500-000	
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 1966/2019	
DADOS CADASTRAIS DO(A) NOTIFICADO(A)	
Nome: MOZARLEM GOMES DO NASCIMENTO	
CPF/CNPJ: 145.726.726-87	
Endereço: PRAÇA RIO BRANCO, 156	
Bairro: CENTRO	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG
CEP: 38.500-000	
DADOS DO IMÓVEL	
Inscrição/Estabelecimento: 11181	Quadra: 332
Lote: 07	
Endereço: PRAÇA RIO BRANCO, 156	
Bairro: CENTRO	
Município: MONTE CARMELO	Estado: MG
CEP: 38.500-000	
HISTÓRICO	
O Município de Monte Carmelo, no uso de suas prerrogativas, vem por meio desta, NOTIFICAR o(a) proprietário do imóvel acima identificado, para realizar o pagamento do(s) débito(s), conforme Extrato de Débitos (doc. Anexo), no prazo de 05 (cinco) dias, os quais serão atualizados até a data do pagamento, sob pena de tal(s) débito(s) ser(em) encaminhado(s) para PROTESTO EXTRAJUDICIAL, com a inscrição do nome do(a) Notificado(a) no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CADIN/MG, ou em qualquer cadastro informativo, público ou privado, de proteção ao crédito.	
Isto, posto, a fim de evitar uma demanda judicial e extrajudicial, o Notificante solicita que o(a) Notificado(a) procure a Diretoria de Arrecadação – Divisão de Tributos – Seção de IPTU para efetuar a emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, documento hábil para realização do pagamento do(s) débito(s) no prazo acima assinalado, e se for o caso, providenciar a atualização/alteração cadastral.	
LOCAL E DATA Monte Carmelo – Minas Gerais, 26 de novembro de 2019.	
IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome: Idalina Maria Auxiliadora Mendes Veloso	
Cargo: Especialista Tributário / 438.968	
Assinatura: 	
CIENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL	
Recebi a 1ª via da Notificação Extrajudicial nº 1966/2019, em de de 2019.	
Nome:	CPF/RG:
Assinatura:	
ESPAÇO RESERVADO AO FISCO MUNICIPAL	
Número da Notificação Extrajudicial emitida: 1966/2019	Edimar Batista Fiscal de Tributos/Matrícula: 1041-3 Assinatura:
Fluxo: 1ª via – Contribuinte / 2ª via – Fisco Municipal.	

01/01/2020 a 31/12/2020. Valor R\$129.382,00 (cento e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais).	
DARIO BORGES DE REZENDE Presidente	
Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM – Ano 2020. Contrato de Rateio nº 007/2020. Firmado entre o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM, inscrito no CNPJ n. 18.151.467/0001-06 e o município de Monte Carmelo, inscrito no CNPJ sob o n. 18.593.103/0001-78, firmado em 08/01/2020 para repasse em 2020. Base Legal: Lei Federal n.11.107, de 06/04/2005. Objeto: regulamentar a contribuição financeira do MUNICÍPIO ao CISTM para sua manutenção, operacionalização e funcionamento, aderindo assim as formalidades já constituídas e aprovadas pelos municípios consorciados ao CISTM e suas posteriores alterações. Vigência 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor R\$860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais).	
DARIO BORGES DE REZENDE Presidente	Publicado por: Claudia Guimarães Ferreira Sousa Código Identificador:5342834D
CISTM – Extrato de Contrato de Rateio firmado entre o Município de Campina Verde- MG e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – CISTM – Ano 2020. Contrato de Rateio nº 005/2020 firmado entre o Consórcio	
www.diariomunicipal.com.br/amm-mg	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA
Reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 4148, de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9754, de 02/05/88
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.amvapg.org.br E-mail: amvap@amvapg.org.br

TERMO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 004 /2020.

Termo de Contribuição que estabelece cooperação mútua para o exercício financeiro de 2020, celebrado entre o município de **Monte Carmelo** e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba – AMVAP.

DAS PARTES:

O Município de Monte Carmelo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.593.103/0001-78, com sede à Praça Getúlio Vargas, 272, neste ato denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, sendo representado pelo Prefeito Municipal, Saulo Faleiros Cardoso, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF nº 460.969.146-91, residente e domiciliado em Monte Carmelo; e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba – AMVAP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.236.948/0001-10, situada na Avenida Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, nº 3180, Distrito Industrial, Uberlândia-MG, neste ato denominado simplesmente **AMVAP**, sendo representada por seu Presidente Anuar Arantes Amui, Prefeito do Município de Prata, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF nº 539.365.666-15, residente e domiciliado em Prata.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Considerando que o Município de Monte Carmelo, na condição de pessoa jurídica de direito público interno, associou-se a outros municípios para constituir a AMVAP;

Considerando que a AMVAP foi criada por meio de Estatuto Social aprovado por seus Municípios constituintes e com homologação de sua respectiva participação na associação por meio de lei municipal;

Considerando o art. 53 e seguintes do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), que trata da constituição de associações;

Considerando a alínea “c” do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a qual excluiu a possibilidade de se firmar parceria entre Municípios e entidades criadas por pessoas jurídicas de direito público interno em virtude da não aplicação das exigências do citado diploma legal;

Considerando que na mesma alínea “c” do inciso IX do art. 3º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe sobre as formas de pagamento para entidades constituídas por pessoas jurídicas de direito público interno, quais sejam: anuidades, contribuições ou taxas associativas; Considerando a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, que aprovou somente 2 (duas) formas de repasse financeiro por meio de elementos de despesa para entidades na modalidade de aplicação “50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos”, que são os elementos de despesa “41 - Contribuições” e “43 - Subvenções Sociais”;

Considerando que o elemento de despesa que melhor se aplica ao caso da AMVAP é o elemento “41 - Contribuições”;

 Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA
Reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 4148, de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9754, de 02/05/88
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.amvapg.org.br E-mail: amvap@amvapg.org.br

Considerando que para adequação à Contabilidade a AMVAP optou por adotar o Termo de Contribuição como o instrumento jurídico, por entender que este é o meio legal mais adequado para o recebimento das contribuições financeiras dos seus municípios associados;

Considerando o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 84 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabeleceu que os dispositivos referentes aos convênios nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se somente às relações jurídicas estabelecidas entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas; e

Considerando a aprovação da Lei Orçamentária de 2020 do Município, parte integrante do presente termo;

Resolvem firmar o presente TERMO DE CONTRIBUIÇÃO de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente Termo de Contribuição tem por objeto validar a participação do MUNICÍPIO na AMVAP para conjugação de esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer sua capacidade administrativa, técnica e financeira, por meio da realização de ações conjuntas para a elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem ainda o aperfeiçoamento das ações governamentais locais e microrregionais nos termos do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA. São obrigações do MUNICÍPIO em relação à execução do objeto deste Termo de Contribuição:

1. Efetuar o repasse da contribuição mensal nos termos da Cláusula Sexta deste Termo de Contribuição;
2. Observar as normas estatutárias da AMVAP; e
3. Participar das deliberações e da execução das ações deliberadas nas Assembleias da AMVAP.

CLÁUSULA TERCEIRA. São obrigações da AMVAP com relação à execução do objeto deste Termo de Contribuição:

1. Promover a integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõe, respeitada a autonomia municipal;
2. Promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental;
3. Estabelecer projetos de modernização administrativa para os Municípios associados por meio de planejamento institucional e apoiar o MUNICÍPIO na execução dos seus trabalhos de reorganização administrativa;
4. Estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais, visando a sua uniformização nos Municípios associados;

 Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA
Reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 4148, de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9754, de 02/05/88
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.amvapg.org.br E-mail: amvap@amvapg.org.br

5. Assessorar e cooperar com a Câmara de Vereadores dos Municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento das administrações municipais;

6. Estimular a conservação e utilização racional dos recursos naturais;

7. Prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais, notadamente educação, saúde pública, ação social, habitação, saneamento, esporte, lazer e turismo;

8. Promover iniciativas para elevar as condições de bem estar das populações urbanas e rurais da microrregião;

9. Institucionalizar o planejamento municipal e microrregional, como processo contínuo e permanente para a promoção do desenvolvimento;

10. Elaborar e implantar programas de desenvolvimento, consonantes com a política estadual e federal; e

11. Desenvolver outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA. Para a execução do objeto deste Termo de Contribuição, o MUNICÍPIO se compromete a repassar à AMVAP a contribuição global para o ano de 2020 de **R\$ 160.017,48 (Cento e sessenta mil, dezessete reais e quarenta e oito centavos)**, dividida em 12 (doze) parcelas na forma da Cláusula Sexta deste Termo e do Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Contribuição.

CLÁUSULA QUINTA. As parcelas da contribuição global referidas na cláusula anterior serão repassadas no dia 10 de cada mês, observando-se os valores mensais fixados no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, parte integrante deste termo de contribuição.

CLÁUSULA SEXTA. O valor mensal referido na cláusula anterior será de:

1. R\$ 16.001,75 (Dezesseis mil, um real e setenta e cinco centavos) para os meses de Janeiro a Junho;
2. R\$ 12.801,40 (Doze mil, oitocentos e um reais e quarenta centavos) para os meses de Julho a Outubro;
3. R\$ 6.400,70 (Seis mil, quatrocentos reais e setenta centavos) para o mês de Novembro; e
4. R\$ 6.400,68 (Seis mil, quatrocentos reais e sessenta e oito centavos) para o mês de Dezembro.

CLÁUSULA SÉTIMA. As despesas oriundas da execução deste termo de contribuição correrão à conta da seguinte dotação orçamentária **02.02.01.04.132.4001.1883.2.2.50.41.00** constante da Lei Orçamentária Anual de 2020 do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA. O presente Termo de Contribuição vigorará a partir de 1º de Janeiro até 31 de dezembro de 2020.

 Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA
Reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei 4148, de 06/05/85 e Estadual pela Lei 9754, de 02/05/88
Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial - Uberlândia/MG - CEP 38402-349
Fone/Fax (34)3213-2433 Home Page: www.amvapg.org.br E-mail: amvap@amvapg.org.br

CLÁUSULA NONA. O presente Termo de Contribuição poderá ser modificado mediante assentimento das partes, por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA. A prestação de contas deverá ser apresentada pela AMVAP nas seguintes formas:

1. Parcial, até o término do mês seguinte à efetivação do repasse previsto na Cláusula Sexta deste Termo de Contribuição;
2. Final, até 60 (sessenta) dias, após o fim da vigência deste Termo de Contribuição.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA. A prestação de contas parcial será efetuada por meio de relatório mensal de atividades, contendo, no mínimo, as ações realizadas e os recursos consumidos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA. A prestação de contas final será efetuada por meio de relatório anual, contendo, no mínimo, as ações realizadas e os recursos consumidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. É obrigatória a restituição ao MUNICÍPIO dos recursos por ele transferidos à AMVAP nos seguintes casos:

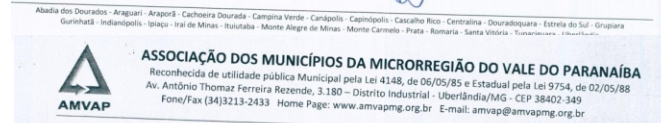
1. Quando não for executado o objeto deste Termo de Contribuição;
2. Quando não for apresentada a prestação de contas final no prazo exigido; e
3. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Contribuição.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. O valor a ser restituído deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável a partir da data do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O presente Termo de Contribuição poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, ou pela parte interessada no caso de inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. A rescisão deverá ser comunicada por uma parte à outra com 30 (trinta) dias de antecedência.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Fica eleito o foro de Uberlândia-MG para dirimir eventuais dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente Termo de contribuição, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e convenientes, as partes assinam o presente Termo de contribuição em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Monte Carmelo - MG, 08 de Janeiro de 2020.

Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal

Anuar Arantes Amui
Presidente da AMVAP

Anuar Arantes Amui
Presidente da AMVAP

Testemunhas:

Nome: Mariana K. Rocha

CPF: 033.040.765-49

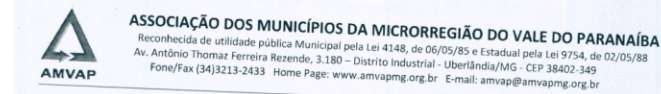
Assinatura: [assinatura]

Nome: Alina Costa de Macedo

CPF: 090.409.266-62

Assinatura: [assinatura]

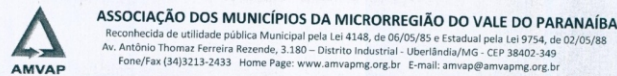
Alexandro de Sousa Pinho
OAB/MG nº 148.482



ANEXO ÚNICO PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO

DADOS DA ENTIDADE	
01. NOME Associação dos Municípios da Microrregião Vale do Paraíba – AMVAP	02. CNPJ 21.236.948/0001-10
03. ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, Nº) Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3180	
04. BAIRRO Distrito Industrial	05. CIDADE/UF Uberlândia – MG
06. CEP 38402-349	07. TELEFAX / E-MAIL (34) 3213-2433 / amvap@amvapmg.org.br
08. CONTA 4221-8	09. NOME DO BANCO Banco do Brasil
10. AGÊNCIA 2591-7	11. PRAÇA DE PAGAMENTO Uberlândia-MG
DADOS DO DIRIGENTE	
08. NOME COMPLETO DO DIRIGENTE Anuar Arantes Amui	09. CPF 539.365.666-15
10. CARGO/FUNÇÃO Presidente	11. ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, Nº) Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3180
12. BAIRRO Distrito Industrial	13. CIDADE/UF Uberlândia-MG
14. CEP 38402-349	15. TELEFAX / E-MAIL (34) 3213-2433 / amvap@amvapmg.org.br
DESCRIÇÃO DO PROJETO	
TÍTULO DO PROJETO Termo de Contribuição entre o Município de Monte Carmelo e a AMVAP	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	INÍCIO 01/01/2020
	TÉRMINO 31/12/2020

Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

A Municipalização entendida como um processo de gestão descentralizada reforça a autonomia dos municípios, contudo requer participação da sociedade e reestruturação do modo de administrar o município. Assim, os prefeitos passam a ser gestores públicos e devem fazer uso de ferramentas e processos administrativos que garantam uma municipalização com resultados efetivos, eficientes e eficazes.

Tem-se verificado um crescimento constante de exigências legais quanto a postura do gestor público, causando a necessidade dos agentes públicos estarem mais atualizados a cerca da Administração Pública.

Nesse sentido, difundir experiências inovadoras e promover ações de desenvolvimento local com sustentabilidade política, econômica, ambiental e social através do intercâmbio e treinamento constantes são formas de construir e estruturar um novo Estado brasileiro com foco na democratização e promoção de cidadania a todos.

As associações microrregionais, como a AMVAP, são espaços criados e mantidos pelos municípios e se dedicam a dar corpo às reivindicações dos municípios junto aos outros entes federados com o objetivo de efetivar a cooperação técnica e financeira necessária a implementação de projetos de desenvolvimento e responsabilidades constitucionalmente distribuídas entre os entes federados.

Por meio dessas associações, é possível a criação e manutenção de parcerias com o estado e governo federal em áreas estratégicas de atuação como saúde e saneamento. Isso permite ao município associado executar ações que isoladamente seria, financeira e tecnicamente, mais complicado de se realizar e fornece capilaridade às ações dos outros entes federados.



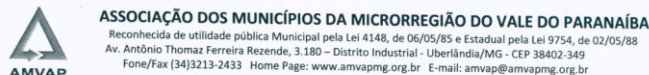
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)						
ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO		INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO DO EVENTO	
	Ações	Benefícios	Un.	Qtde	Início	Fim
Única	Elaborar e acompanhar projetos de Engenharia de Agrimensura: - elaboração/atualização de mapas - regularização de lotes/loteamentos - locações de imóveis levantamentos topográficos; - outras atividades afins.	- Redução nos custos de obras e projetos públicos; - Melhor adequação às Leis de Zoneamento; - Dar subsídios para implantação de Planos Diretores com mapas e informações; - Dar subsídios por meio de mapas para outros órgãos, tais como: Polícia Militar (assegurar a permanência da Polícia na zona rural); Polícia Florestal (assegurar a proteção de nascentes e margens de rios, definição de áreas de proteção, demarcação de áreas de fiscalização); IEF e IBAMA; - Elaboração de mapas para atualização do cadastro imobiliário visando o aumento da arrecadação do IPTU e formatar base de cálculo para o ITBI; - Mapas para roteamento de linhas de transporte escolar na zona rural, transporte coletivo na zona urbana, coleta de resíduos sólidos; - Outras atividades afins.	Mês	12	Jan	Dez
Única	Elaborar e acompanhar projetos de engenharia civil	- Disponibilizar projetos para habilitação de Convênios, Contratos de Repasse e instrumentos congêneres nos órgãos federais, estaduais e demais órgãos; - Outras atividades afins.	Mês	12	Jan	Dez

Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal



Única	Capacitar servidores públicos em gestão pública	- Treinamento e reciclagem dos servidores públicos municipais em relação às exigências legais sobre a gestão do Município; - Redequação de rotinas de trabalho visando a eficiência; - Treinamentos disponibilizados na sede da AMVAP e nos municípios com agendamento; - Outras atividades afins.	Mês	12	Jan	Dez
Única	Promover encontros e reuniões.	- Desenvolvimento uniforme dos municípios, fortalecimento de sentimento de unidade regional, busca de soluções conjuntas para problemas em comum; - Discussão de temas atuais para atualização dos serviços públicos; - Outras atividades afins.	Mês	12	Jan	Dez
Única	Prestar assessoria jurídica e assessoria em gestão pública.	- Suporte legal e administrativo na elaboração e execução de projetos, buscando a melhoria contínua da gestão pública; - Elaboração de minutos de projetos de leis, tais como: plano de carreira, estatuto, código tributário, código de obras e de postura e leis de doação; - Emissão de pareceres jurídicos sobre questões relacionadas ao serviço público; - Outras atividades afins.	Mês	12	Jan	Dez
Única	Divulgar informações de e para os Municípios via imprensa.	Auxiliar o município na publicidade e transparência do governo, bem como divulgar ações de repercussão positiva para a comunidade; - Outras atividades afins.	Mês	12	Jan	Dez

Saulo Faleiros Cardoso
Prefeito Municipal



PLANO DE APLICAÇÃO				
NATUREZA DA DESPESA	TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
	Transferência de recursos	R\$ 160.017,48	R\$ 160.017,48	-
	TOTAL GERAL	R\$ 160.017,48	R\$ 160.017,48	-

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – CONTRIBUINTE (MUNICÍPIO)						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
META	16.001,75	16.001,75	16.001,75	16.001,75	16.001,75	16.001,75
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	12.801,40	12.801,40	12.801,40	12.801,40	6.400,70	6.400,68

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – ENTIDADE (AMVAP)						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
META	-	-	-	-	-	-
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-



DECLARAÇÃO

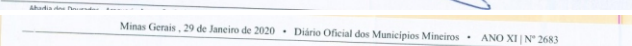
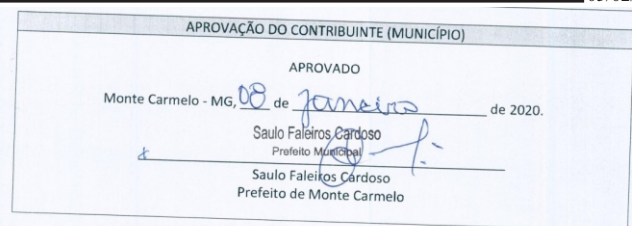
Na qualidade de Representante legal da entidade declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento,

Uberlândia-MG, 08 de Janeiro de 2020.

Anuar Arantes Amui
Presidente da AMVAP

Anuar Arantes Amui
Presidente da AMVAP



SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP – EXTRATO DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL - MG E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA – AMVAP – ANO 2020

AMVAP – Extrato do Termo de Contribuição firmado entre o Município de Estrela do Sul - MG e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP - Ano 2020. Termo de Contribuição nº090/2020 firmado entre a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP, inscrito no CNPJ nº 21.236.948/0001-10 e o município de Estrela do Sul, inscrito no CNPJ nº 18.592.162/0001-21, firmado em 13/01/2020. Base Legal: Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Objeto: validar a participação do MUNICÍPIO na AMVAP para conjugação de esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer sua capacidade administrativa, técnica e financeira, por meio da realização de ações conjuntas para a elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem ainda o aperfeiçoamento das ações governamentais locais e microrregionais nos termos do Plano de Trabalho. Vigência de 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor R\$ 72.192,80 (setenta e dois mil, cento e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Uberlândia-MG, 13 de janeiro de 2020.

Anuar Arantes Amui
Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador: EDE843EA

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP – EXTRATO DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - MG E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA – AMVAP – ANO 2020

AMVAP – Extrato do Termo de Contribuição firmado entre o Município de Monte Carmelo - MG e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP - Ano 2020. Termo de Contribuição nº04/2020 firmado entre a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP, inscrito no CNPJ nº 21.236.948/0001-10 e o município de Monte Carmelo, inscrito no CNPJ nº 18.593.103/0001-78, firmado em 08/01/2020. Base Legal: Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Objeto: validar a participação do MUNICÍPIO na AMVAP para conjugação de esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer sua capacidade administrativa, técnica e financeira, por meio da realização de ações conjuntas para a elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem ainda o aperfeiçoamento das ações governamentais locais e microrregionais nos termos do Plano de Trabalho. Vigência de 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor R\$ 160.017,48 (cento e sessenta mil e dezesseite reais e quarenta e oito centavos).

Uberlândia-MG, 08 de janeiro de 2020.

Anuar Arantes Amui
Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador: 30D81ACD

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP – EXTRATO DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASALHO RICO - MG E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA – AMVAP – ANO 2020

AMVAP – Extrato do Termo de Contribuição firmado entre o Município de Casalo Rico - MG e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP - Ano 2020. Termo de Contribuição nº002/2020 firmado entre a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP, inscrito no CNPJ nº 21.236.948/0001-10 e o município de Casalo Rico, inscrito no CNPJ nº 18.259.374/0001-91, firmado em 08/01/2020. Base Legal: Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Objeto: validar a participação do MUNICÍPIO na AMVAP para conjugação de esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer sua capacidade administrativa, técnica e financeira, por meio da realização de ações conjuntas para a elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem ainda o aperfeiçoamento das ações governamentais locais e microrregionais nos termos do Plano de Trabalho. Vigência de 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor R\$ 72.192,80 (setenta e dois mil, cento e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Uberlândia-MG, 08 de janeiro de 2020.

Anuar Arantes Amui
Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador: F68D2F28

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP – EXTRATO DO TERMO DE CONTRIBUIÇÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAPINÓPOLIS - MG E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA – AMVAP – ANO 2020

AMVAP – Extrato do Termo de Contribuição firmado entre o Município de Capinópolis - MG e a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP - Ano 2020. Termo de Contribuição nº08/2020 firmado entre a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba - AMVAP, inscrito no CNPJ nº 21.236.948/0001-10 e o município de Capinópolis, inscrito no CNPJ nº 18.437.234/0001-28, firmado em 31/12/2020. Valor R\$ 160.017,48 (cento e sessenta mil e dezesseite reais e quarenta e oito centavos).

Uberlândia-MG, 08 de janeiro de 2020.

Anuar Arantes Amui
Presidente.

Publicado por:
Claudia Guimarães Ferreira Sousa
Código Identificador: 30D81ACD

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO ESTADO DE MINAS GERAIS PORTARIA Nº 10.065, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apuração de fatos envolvendo servidor público que especifica".

A Procuradora Geral do Município, Dra. Iolanda Gomes Sunahara, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 366/2007, e com fundamento nos arts. 216 e seguintes, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

CONSIDERANDO ter chegado ao seu conhecimento por meio de Comunicação Interna do Departamento de Controle de Endemias, integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, fatos que envolvem o servidor público M.G.R.;

CONSIDERANDO que de acordo com as informações, o servidor, em tese, deixou de inserir as produções de controle vetorial no Sistema e-SUS e após notificação, apenas o fez de forma parcial e insuficiente, o que contraria as disposições contidas no Estatuto dos Servidores